

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Reconstrução após desastre da Samarco esbarra em entraves	24
Título: Leilões de áreas do pré-sal podem render R\$ 7,7 bi ao governo	19

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: A diplomacia do biofuturo	2
Título: Falha limita geração de usinas do Madeira	5
Título: Concessionária busca nova área para sistema de segurança	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Regressão ao mínimo	7
Título: Desmate estancado	8
Título: Morador ainda teme contaminação de lama 2 anos após tragédia em Mariana	9

VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Aneel revisa cálculos e preço de energia pode subir	13
Título: Conta de luz deverá pressionar taxa de inflação em 2018	15
Título: Novo marco legal da mineração preocupa empresários	16
Título: Para advogados, regras ao menos reduzem incertezas.....	18
Título: Leilões de áreas do pré-sal podem render R\$ 7,7 bi ao governo	19
Título: Retomada industrial depende de fontes alternativas de energia	21
Título: Reconstrução após desastre da Samarco esbarra em entraves	24
Título: Dano social é sempre mais demorado para recuperar, diz comitê	31
Título: Bolognesi e New Fortress recorrem para manter térmica	32
Título: As armas da State Grid e dos minoritários da CPFL Renováveis.....	33
Título: Energia alternativa no radar das petroleiras	35
Título: Petrobras já inicia investimento em carteira renovável	37
Título: Nova lei do gás pode afetar venda de ativos da estatal	38
Título: Curtas	40

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Espaço aberto

Autor: Aloysio Nunes Ferreira

Título: A diplomacia do biofuturo

Até 2030 a bioenergia precisará ter sua participação duplicada na matriz energética global e seu uso triplicado nos meios de transportes. Projeções elaboradas pela Agência Internacional de Energia Renovável e pela Agência Internacional de Energia indicam que ela será necessária em larga escala, mesmo considerando outras soluções concomitantes, como eficiência energética, energia solar e eólica, eletrificação dos transportes, cidades sustentáveis e maior uso do transporte público.

O setor de transportes – responsável por cerca de um quarto das emissões globais de dióxido de carbono (CO₂) – figura entre os principais desafios para a construção de matriz energética mais sustentável nas próximas décadas. E uma das soluções mais eficazes e de mais rápida implementação para esse setor é a ampliação do uso de biocombustíveis, que produz resultados imediatos na redução da emissão de gases de efeito estufa mesmo em mistura parcial com combustíveis fósseis.

Obstáculos políticos e econômicos, porém, têm dificultado a transição para economia mais limpa no que diz respeito à bioenergia. A difusão de falsa dicotomia entre produção de alimentos e de combustíveis – além da insistente prática do protecionismo agrícola – tem impedido a constituição de mercado internacional para biocombustíveis e sua transformação em commodity global.

A revolução tecnológica que está em curso poderá mudar substancialmente esse panorama. O caso do etanol celulósico ou de segunda geração (E2G) é bom exemplo, já alcançando o estágio de produção em escala comercial no Brasil, nos Estados Unidos e na Itália. Outras tecnologias promissoras começam também a deixar os laboratórios e a atingir escalas de demonstração. O País está na vanguarda da inovação tecnológica na produção de combustível limpo e ambientalmente prudente, fato que contribui para liderança em desenvolvimento sustentável.

A segunda geração de biocombustíveis utiliza como insumo a celulose, a matéria verde que compõe a maior parte da biomassa das plantas. Avanços no uso da celulose podem tornar viável a produção de biocombustíveis em larga escala em diversos países que, de outra forma, não reuniriam as condições para replicar a bem-sucedida experiência brasileira com o etanol de cana-de-açúcar. O aproveitamento da celulose, sem prejuízo de outras formas de biotecnologia, é essencial para o desenvolvimento da bioeconomia, seja como alternativa, seja como complemento da indústria petroquímica na produção de plásticos, químicos e medicamentos.

Subsiste o desafio de alcançar escala de produção. Será preciso aperfeiçoar os processos em todas as etapas da cadeia produtiva e proporcionar ambiente de negócios favorável ao setor. Nessa nascente corrida tecnológico-industrial, o Brasil pode largar entre os líderes mundiais, desde que decisões corretas sejam tomadas.

É importante esclarecer que não há conflito de interesses ou concorrência entre a primeira e a segunda geração de biocombustíveis. O etanol de cana-de-açúcar, de primeira geração, é sustentável, não compete com alimentos e traz benefícios climáticos e ambientais. Essa fase continuará como base da produção no setor, com eficiência incrementada pela segunda geração. O

desenvolvimento de uma avançada bioeconomia global, que se fortalece com biocombustíveis de segunda geração e bioprodutos, será de grande benefício para o País, que reúne as condições para ser um dos mais competitivos produtores mundiais.

O Itamaraty, em coordenação com outras áreas do governo e com o setor privado, tem liderado o esforço de disseminação global da bioeconomia de baixo carbono. Exemplo disso, foi lançada em novembro de 2016 a Plataforma para o Biofuturo, iniciativa multilateral que pretende acelerar o reconhecimento do papel dos biocombustíveis de baixo carbono e da bioeconomia na transição energética global. O Brasil conseguiu mobilizar outros 19 países, incluídas as maiores economias do planeta e países-chave para a expansão dos biocombustíveis, como Estados Unidos, China, França, Índia, Reino Unido, Indonésia, Itália e Argentina, para avançar nesse empreendimento.

O Brasil tem muito orgulho de coordenar a Plataforma para o Biofuturo, com apoio de seus parceiros internacionais. Esse mandato está sendo implementado por meio da negociação de uma Declaração de Visão, que deverá emitir forte sinal para o mercado sobre o papel relevante da bioeconomia nas próximas décadas, da construção de diagnóstico pormenorizado sobre o estado global dessa bioeconomia e da organização de conferências internacionais para troca de experiências e convergência de políticas. Por essa razão São Paulo sediará nos próximos dias 24 e 25 a primeira Cúpula para o Biofuturo (Biofuture Summit).

A Plataforma para o Biofuturo já tem correspondente doméstico em gestação, na forma do programa RenovaBio, que pretende reformular as políticas nacionais de biocombustíveis, com foco na redução de emissões e no estímulo à inovação e à eficiência energética.

Levar adiante essa agenda, simultaneamente nos planos interno e externo, deverá impulsionar o desenvolvimento de nossos setores agrícola, industrial e biotecnológico. A Plataforma afirmará também a posição de vanguarda do Brasil em energia limpa, com efetiva contribuição do País à construção de economia global social e ambientalmente sustentável, em consonância com os objetivos da Conferência de Paris.

O Acordo de Paris representou um marco na evolução da consciência global em favor da promoção do desenvolvimento sustentável e da economia de baixo carbono. Sem a utilização em larga escala da bioenergia não será possível atingir as metas de Paris, vitais para a humanidade, e a Plataforma representa um importante passo nessa direção.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Falha limita geração de usinas do Madeira**

Sistema de ‘aterramento’ dos linhões de transmissão de energia foi construído em cima de blocos de granito, o que compromete a segurança.

Símbolos da retomada das grandes obras de infraestrutura no País, as hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio levaram quase uma década para ficarem prontas. Em meio a atrasos, polêmicas e brigas judiciais, foram quase R\$ 40 bilhões investidos nas duas usinas – que são, respectivamente, a quarta e a quinta maiores do Brasil. Mas, agora que estão finalmente concluídas, com suas 100 turbinas em operação, descobriu-se que uma falha técnica pode limitar boa parte da geração de energia das hidrelétricas pelos próximos dois anos. O diagnóstico foi concluído somente no mês passado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que determinou uma redução de até 1.600 megawatts do potencial total das usinas – o suficiente para atender cerca de 5 milhões de pessoas – sob risco de causar um blecaute nas regiões Sul e Sudeste do País.

A origem do problema está em uma estrutura chamada “eletrodo de terra”, um aterramento de dezenas de barras de aço que tem a função de manter o equilíbrio das linhas de transmissão das duas usinas do Rio Madeira, redes que carregam energia por 2,4 mil km de distância, de Porto Velho (RO) até Araraquara (SP). Em testes recentes, o ONS percebeu que o aterramento simplesmente foi construído em cima de um grande bloco de granito, situação que compromete totalmente o funcionamento, porque eleva a intensidade de energia, em vez de reduzi-la. O resultado disso pode ser a queima de transformadores, por exemplo. Essa estrutura de segurança entra em operação quando há paralisações em um dos linhões de transmissão. Por conta do problema, o ONS concluiu que poderia haver riscos de blecautes em situações que exigissem o desligamento de um dos bipolos (dispositivo com dois terminais acessíveis, por meio do qual flui a corrente elétrica) que transportam energia do Rio Madeira.

“Realmente, isso foi uma surpresa para nós. É uma situação inédita no sistema”, disse ao Estado o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata. “O local foi aprovado por nós. A concessionária IE Madeira (dona do projeto) usou os mesmos procedimentos para instalar seu outro eletrodo em Araraquara e não teve problemas. Mas encontrou essa situação geológica no terreno de Porto Velho. O solo tem granito e apresenta alta resistência. Então, é preciso buscar outro local.” Em vez dos 6.300 megawatts (MW) de potência planejados para

sair de Rondônia e chegar ao interior de São Paulo, o ONS determinou que a carga máxima não poderá ultrapassar 4.700 MW.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) confirmou que o problema, associado aos critérios de segurança adotados pelo ONS, “pode causar limitação no escoamento de energia do complexo do Madeira” e que convocou a concessionária IE Madeira e o ONS para apresentarem explicações e alternativas para resolver o problema. A concessionária terá de procurar outro terreno em Porto Velho, comprar a área e refazer o projeto. A estrutura pode custar até R\$ 60 milhões. O ONS já determinou que, até dezembro de 2019, as limitações de entrega de energia de Jirau e Santo Antônio continuarão. Segundo a Aneel, “o projeto e sua execução são de total responsabilidade da concessionária, que deve disponibilizar as instalações de transmissão em plena capacidade, conforme estabelecido no contrato de concessão”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: A.B.

Título: Concessionária busca nova área para sistema de segurança

A concessionária IE Madeira, controlada pela empresa ISA Cteep, está em busca de outra área em Porto Velho para construir seu novo eletrodo de terra. A estimativa é de que a construção do novo aterramento vai custar entre R\$ 45 milhões e R\$ 60 milhões. O tempo de obra leva cerca de seis meses, mas é preciso incluir nesse cronograma etapas como desapropriação, aquisição da terra, licenciamento ambiental e testes. Seis áreas já estão sendo estudadas para receber a nova estrutura. O objetivo é que o terreno, que tem a dimensão aproximada de um campo de futebol, fique fora da “mesa” de granito que, conforme se descobriu depois dos problemas ocorridos com o eletrodo, está presente em boa parte do subsolo de Porto Velho. Uma empresa de geologia foi contratada para encontrar o melhor local e, segundo o diretor técnico da IE Madeira, Jairo Kalife, a empresa está em busca de alguma falha geológica no solo, onde o granito esteja quebrado.

“Foi uma surpresa e tanto. Essa mesa de granito está a alguns quilômetros de profundidade. É uma composição rochosa enorme. Prospectamos toda a região e constatamos que 90% da área em volta de Porto Velho é imprópria para essas estruturas”, disse. “Só descobrimos essa fragilidade agora, quando fomos fazer os testes com toda a potência das usinas.” A companhia nega qualquer responsabilidade sobre as restrições de transmissão determinadas pelo ONS. Apesar dos problemas com o eletrodo, Kalife disse que as limitações para a geração das duas usinas não têm nenhuma relação com a questão no aterramento, mas sim com outras estruturas do sistema que ainda não foram

concluídas em Araraquara, além de critérios de segurança impostos pelo Operador. “Nossos bipolos podem transmitir toda a energia, sem falhas. Existem outras limitações em Araraquara que fazem com que o ONS não queira assumir riscos maiores”, disse Kalife, destacando que o linhão já chegou a operar em março a plena carga, mesmo após o ONS ter identificado a falha na estrutura. /

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Regressão ao mínimo

EDITORIAL

Há apenas dois meses, o governo Michel Temer (PMDB) anunciava um grande pacote de privatizações a fim de reafirmar seus propósitos reformistas. O plano ambicioso surgiu depois da notícia de que o deficit das contas públicas ultrapassaria as previsões, exigindo novas medidas de corte de gastos e elevação de receitas.

Nestes dias que antecedem a votação da segunda denúncia contra o presidente, contudo, o programa de desestatização se esfarela —e há grande risco de o rombo orçamentário ser ainda maior.

Em troca de precária sobrevivência política, o presidente deve reduzir as metas de concessão de aeroportos a mera sugestão para o próximo governo. É incerto o destino das demais privatizações.

Quanto às contas do Tesouro Nacional, parlamentares governistas declaram que dificilmente serão aprovadas propostas centrais do Executivo como o adiamento do reajuste salarial de servidores, o aumento de alíquota de contribuição previdenciária do funcionalismo e altas pontuais de tributos.

Dessa maneira, o ímpeto reformista vai dando lugar ao mínimo comum da política e da administração brasileira. Em seus achaques de fisiologia, o governo promete manter os cabides estatais para seus aliados, de aeroportos a empresas do setor elétrico.

Parte da coalizão situacionista, recorde-se, desde logo se opunha à privatização da Eletrobras, vaca sagrada do empreguismo e da gestão inepta da coisa pública.

Sério risco corre também a imprescindível reforma da Previdência, que depende de 60% dos votos na Câmara dos Deputados e no Senado. Fala-se em limitar o

texto a poucas alterações mais essenciais, como a idade mínima para as aposentadorias. Nem isso, entretanto, parece bem encaminhado.

Nesse cenário, a incipiente recuperação da economia contribui para a acomodação geral. A queda da inflação e dos juros estimula o consumo, o que permite a reversão do ciclo recessivo mesmo sem a volta da confiança e dos investimentos das empresas.

Perde-se, assim, o senso de urgência que deu andamento à agenda virtuosa de ajustes depois do impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Não avançaram por convicções do mundo político, afinal, providências como o teto para o gasto público, o redesenho da CLT e a eliminação gradual dos subsídios nos financiamentos do BNDES, banco federal de fomento.

A fim de salvar a própria cabeça, Temer pode esvaziar o que resta de sentido em seu governo. Longe de ter superado o colapso orçamentário que o paralisa há três anos, o país se vê entregue, sem mais, a uma organização de sanguessugas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Desmate estancado

EDITORIAL

O governo Michel Temer (PMDB) comemora a redução de 16% na área desmatada da Amazônia durante a temporada 2016-17, após dois anos de alta. José Sarney Filho (PV-MA), ministro do Meio Ambiente, atribuiu a queda a ações de fiscalização de órgãos federais.

Foram derrubados 6.624 km² de floresta amazônica, contra 7.893 km² no período anterior (agosto de 2015 a julho de 2016). Um ano antes se devastaram 6.207 km², cifra semelhante à ora anunciada.

Há muito o que qualificar no número divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que faz o levantamento com imagens de satélite. Cabe assinalar, primeiro, que o último dado ultrapassa em 540 km² o quádruplo da área do município de São Paulo.

Por positivo que seja ocorrer redução, não aumento, como nos dois intervalos anteriores, não há tanto motivo para comemorar. Desde que o Inpe iniciou o

monitoramento, há quase três décadas, um quinto da área florestada na Amazônia brasileira sofreu corte raso.

Os 6.624 km² de 2017 podem parecer um progresso diante dos 27.772 km² de 2004, mas representam quase o dobro dos 3.500 km² de destruição máxima que o Brasil se comprometeu a alcançar até 2020.

O desmatamento e a agropecuária, que lhe serve de impulsionador, são a maior fonte das emissões de carbono brasileiras (noutros países, elas derivam da indústria e do setor de energia). Parece hoje improvável, assim, que o país consiga cumprir a meta de redução assumida no Acordo de Paris para mitigar o aquecimento global.

De todo modo, repita-se que é auspicioso haver queda no desmate. Deve-se encarar com cautela, entretanto, a reivindicação de eficiência das ações de comando e controle patrocinadas pelo governo federal por meio do Ibama.

Se é verdade que a autarquia teve parte de seu orçamento recomposto com recursos do Fundo Amazônia, de modo a manter as imprescindíveis ações de fiscalização, igualmente é fato que as restrições orçamentárias do ministério e de outras repartições federais não serão superadas tão cedo.

Cabe também ao Planalto e aos ocupantes da Esplanada considerar a explicação alternativa aventada por vários especialistas: ao lado das operações do Ibama, teria sido decisivo ainda o recuo nos preços da proteína bovina.

Após a Operação Carne Fraca e alguns reveses do produto brasileiro no mercado internacional, pecuaristas estariam com menos recursos para custear o desmate.

Há, portanto, o que saudar na notícia, mas com certa parcimônia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Morador ainda teme contaminação de lama 2 anos após tragédia em Mariana

"A água do rio já está limpa para nadar, lavar roupa e tomar banho? A gente ainda não sabe", diz texto de jornalzinho da Fundação Renova distribuído a moradores de Linhares (ES), onde a lama da barragem de Fundão desaguou no mar.

O informativo da entidade bancada por Samarco, Vale e BHP Billiton é de agosto, três meses antes dos dois anos da tragédia. A dúvida é a mesma que atormenta pescadores, donos de hotéis, turistas e moradores da área.

Ao sair da barragem, a composição da lama não era tóxica. Hoje, depende do local. Não há estudos conclusivos sobre os problemas de saúde que ela causou na população que vive nos 650 km devastados pelo tsunami que saiu de Mariana (MG).

O Ibama diz que há dados concretos de que esse foi o maior vazamento de rejeitos minerais do mundo: cerca de 40 bilhões de litros.

No mar, a pesca continua proibida. Também no rio Doce e afluentes, os pescadores temem vender mercadoria contaminada aos clientes.

"Não tiraram a análise do peixe para você pescar, comer e vender. Eu vou pescar peixe contaminado para vender para quem? Para você? Para você depois passar mal, ir no médico e o médico dizer que foi o peixe que você comeu?", diz Leone Carlos, 70, presidente da associação de pescadores de Regência, praia de Linhares onde fica a foz do rio Doce.

O ICMBio, junto com universidades, chegou a pesquisar e monitorar o oceano depois do rompimento mas faltam recursos para fazer o trabalho da forma adequada.

A Renova apresentou um plano, que foi rejeitado pelo Comitê Interfederativo, órgão criado pelo governo federal para analisar os programas da fundação, que foi criada com o objetivo de reparar o desastre após um acordo das três mineradoras com a União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O acordo não foi homologado pela Justiça.

Procurado, o presidente da Renova, Roberto Waack, diz que a questão foi definida. Segundo ele, no Espírito Santo a fundação prevê monitoramento marinho feito pelas mesmas universidades federais e o resultado deve sair no primeiro semestre de 2018.

Em Minas, a intenção é abrir editais para contratação de entidades. A Renova diz que, desde agosto, monitora toda a Bacia do Rio Doce, com 92 pontos de coleta de amostras de água.

CREDIBILIDADE DA ÁGUA

Rio Doce acima, o problema do pescado dá lugar à desconfiança sobre a qualidade da água potável. Em Governador Valadares (MG), cidade onde a

captação de água é totalmente dependente do rio, embora laudos apontem que a água está pronta para consumo, a população suspeita.

"Na dúvida, ninguém está tomando. Eu pegava água de uma mina que secou, mas agora bebo só galão de água mineral", diz o policial militar Marcelo Fernandes, 35.

Dono de empresa de perfuração de poços, Levindo Braga diz que, após o desastre, mais de 20 concorrentes abriram negócios no município. Parte das residências que têm poços artesanais abrem as torneiras para que os vizinhos se sirvam de água. Nas comunidades rurais, há locais que cobram por esse serviço.

O prefeito da cidade, André Merlo (PSDB), cobra da Renova uma estrutura de captação de água do rio Corrente, que diz ter sido prometida para 2020. A fundação afirma que pretende entregar em 2021.

A LAMA SERÁ RETIRADA?

A resposta é "depende". Em Barra Longa (MG), a 172 km de Belo Horizonte, 157 milhões de litros foram retirados da praça da cidade e de ruas no entorno, mas a lama permanece nas margens e leito do rio. Como estudos sobre impactos na saúde ainda não foram concluídos, a Renova acha melhor deixar a lama como está.

Enquanto isso, os moradores continuam a conviver com obras. Em Barra Longa, parte do rejeito removido será usado para reconstruir um campo de futebol no parque de exposições -local que a Renova pretende reformar até setembro de 2018.

Para isso, oito famílias que ali vivem irregularmente serão retiradas com a promessa de poderem retornar.

Ao vazar de Fundão, a maior parte da lama de rejeitos estacionou na usina hidrelétrica de Candonga. Foram mais de dez bilhões de litros pressionando a barragem da usina e ameaçando uma nova tragédia. Apareceram trincas.

A Samarco prometeu, em acordo com a União, criar barreiras e retirar a lama situada a até 400 metros de distância da barragem até 31 de dezembro de 2016. O prazo saltou para junho de 2017 e, agora, para junho de 2018.

Até agora foram removidos cerca de 900 milhões de litros para áreas próximas e o trabalho foi paralisado. Faltam 900 milhões no trecho.

Não há previsão do que será feito com o restante da lama de Candonga.

Para o Ministério Público e o Ibama, o rejeito retirado até agora conteve o risco de novos vazamentos. "A situação hoje é que parte do risco de uma nova tragédia relacionada a um eventual estouro de Candonga não existe mais", diz a presidente do Ibama, Suely Araújo.

Por esticar o prazo, a Samarco pagou uma multa de R\$ 6 milhões. Existem ainda duas grandes multas contra a Samarco, uma do Ibama (R\$ 150 milhões) e outra do Estado de Minas Gerais (R\$ 125 milhões). A última está sendo paga, em 60 vezes.

No complexo de Germano, conjunto de reservatórios e barragens onde a Samarco depositava o rejeito da mineração e onde fica a barragem de Fundão, foi criado um sistema de barreiras para conter o risco de novos vazamentos, que continuaram a acontecer até ao menos cinco meses após o rompimento. Agora, a Samarco instalou sirenes e faz monitoramento automático de qualquer movimento de rejeitos no local, o que não existia em 5 de novembro de 2015. Inserir no spiffy:

*

Lama que fica

Retirada de rejeitos vazados de barragem é analisada caso a caso
40 bilhões de litros de lama vazaram
É o maior derramamento de rejeitos minerais do mundo

COMPOSIÇÃO

Antes do vazamento

Areia, argila e coloide (material fino que dá a pigmentação vermelha). É formado por ferro e manganês

Atualmente

Não se sabe; estudos estão sendo feitos
Riscos para a saúde e situação do oceano
Não se sabe; estudos sobre o mar estão sendo feitos

O QUE PODE SER FEITO?

a) Não intervenção

Não retirar o rejeito para não voltar a sujar o rio

b) Retirada

Lama será retirada de locais contaminados onde não está estabilizada

c) Sedimentação

Manter o coloide onde está, sem risco de ele voltar à tona no rio

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Aneel revisa cálculos e preço de energia pode subir

Os baixos níveis dos reservatórios e as chuvas abaixo da média para a época do ano acenderam um sinal vermelho para o governo. Embora o risco de racionamento continue sendo quase inexistente, o preço da energia gerada está cada vez maior - pelo acionamento de termelétricas mais caras, por exemplo -, e a arrecadação atual do mecanismo das bandeiras tarifárias já não consegue mais arcar com o custo.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pretende revisar a metodologia de definição das bandeiras tarifárias, a fim de reduzir a volatilidade dos preços e incluir, no cálculo, o nível dos reservatórios das usinas. Segundo Tiago Correia, diretor da autarquia e relator do processo sobre o assunto, a metodologia atual contém muita volatilidade, acumula déficits e não dá o sinal correto ao consumidor. A agência também vai discutir novos valores para os patamares de preços das bandeiras.

"Colocamos [a metodologia] em revisão com urgência urgentíssima. [A conta da bandeira] está deficitária em 2017. Isso gera um problema para o pagamento das próximas faturas", afirmou Correia, admitindo que a agência "errou a mão" no começo do ano ao fixar os patamares das bandeiras. "[A mudança da metodologia é]

para reduzir a volatilidade dela, para que o sinal seja efetivo. O consumidor não pode ficar recebendo sinais contraditórios".

O **Valor** apurou que a arrecadação relativa à bandeira tarifária em setembro foi da ordem de R\$ 1 bilhão, enquanto o custo de operação do sistema para as distribuidoras foi de cerca de R\$ 4 bilhões. Até o fim do ano, as distribuidoras terão impacto total de R\$ 6 bilhões, que só poderá ser repassados para o consumidor nos reajustes anuais, segundo expectativa do presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite.

Amanhã, a diretoria da Aneel deverá decidir sobre a abertura de audiência pública para discutir o assunto. Correia defende que a mudança seja adotada já nesta semana para já ser aplicada sobre a bandeira de novembro. "Gostaria que

a nova regra já valesse em novembro", disse, em evento na Ordem dos Advogados do Brasil no Rio (OAB-RJ).

A mudança proposta na metodologia é técnica. Para efeito da definição da cor da bandeira, a nova metodologia deve considerar, além do custo de geração térmica para o mês de referência pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o indicador de garantia física hidráulica das hidrelétricas, medido pelo GSF (na sigla em inglês).

Hoje, a metodologia considera apenas o custo marginal de operação do sistema (CMO), valor fornecido pelo ONS e que baliza o cálculo do preço de liquidação das diferenças (PLD), referência de preço do mercado de curto prazo. O valor do CMO, contudo, tem forte variação semanal. Com a nova metodologia, a ideia é aplicar uma fórmula que utilize o CMO e o GSF. O GSF, por sua vez, é mais estável.

O nível dos reservatórios também deve ser considerado na conta. Na sexta-feira, as hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste tinham 19,54% da capacidade dos reservatórios. Furnas, que representa 17,18% do subsistema, tinha 13,88% do volume útil. No Nordeste, as usinas tinham 7,22% da capacidade, sendo que Sobradinho, que concentra 58,26% do subsistema, tinha 3,62% do total.

A discussão sobre a revisão das bandeiras tarifárias ocorre em meio a primeira crise energética enfrentada pelo governo Temer. Segundo cálculos do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, com base em números do ONS, o regime hidrológico dos últimos 12 meses concluídos em setembro, de 74,5% da média histórica, é o pior registrado no país desde o início da crise hídrica, no fim de 2012. "A hidrologia nunca esteve tão ruim", disse o professor Roberto Brandão, autor do estudo.

De acordo com ele, porém, nos últimos anos a capacidade instalada do sistema cresceu bastante, com o início de operação das usinas de Santo Antônio, Jirau, Teles Pires e parte de Belo Monte, ao mesmo tempo em que o consumo caiu bruscamente, devido à crise econômica. "O risco de racionamento hoje é muito baixo", disse.

Para outro especialista do setor, que pediu anonimato, a crise energética pode afetar o andamento da implementação da reforma do marco legal do setor elétrico por dois motivos. O primeiro é que a cúpula energética do governo deverá gastar mais tempo debruçado na avaliação do cenário de oferta e demanda e no estudo de alternativas para reduzir o impacto da crise no preço da energia e para minimizar o risco de racionamento. A segunda razão é que tende a ser mais difícil implementar mudanças significativas em um cenário de estresse de preços de energia.

Nesta semana, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) realiza nova reunião para reavaliar as condições do sistema. Integrante do CMSE, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que, se a situação hídrica continuar como está, com chuvas abaixo da média histórica e níveis dos reservatórios muito baixos, o patamar 2 da bandeira vermelha deve ser acionado em novembro. "O regime hidrológico está muito desfavorável, houve atraso na entrada do período úmido", disse Rufino.

O diretor-geral da Aneel destacou que o CMSE solicitou à Petrobras que tente viabilizar gás natural para a termelétrica de Cuiabá, controlada pela J&F. A estatal rompeu o contrato de fornecimento em junho. "Respeitamos o problema comercial entre a Petrobras e a detentora da térmica, mas o setor elétrico está abrindo mão de recursos importantes. É uma térmica mais eficiente que outras que estamos despachando por ordem de mérito", disse Rufino.

Para a indústria, outra preocupação é o potencial de impacto tarifário com a "descotização" da energia das hidrelétricas que tiveram as concessões renovadas pela (MP 579, em 2012. De acordo com a Fiesp, o impacto pode ficar entre R\$ 396 bilhões e R\$ 528 bilhões ao longo de 30 anos das concessões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Thais Carrança | De São Paulo

Título: Conta de luz deverá pressionar taxa de inflação em 2018

A energia elétrica pode ser a principal pressão inflacionária num 2018 de preços ainda benignos, avaliam economistas. A elevação de preço da energia, em consequência do baixo nível dos reservatórios hidrelétricos e do maior acionamento de usinas térmicas, também pode prejudicar a recuperação da economia, caso indústrias eletrointensivas deixem de produzir para importar, como ocorreu em 2014.

Na sexta-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) admitiu que pretende revisar a metodologia das bandeiras tarifárias, para refletir melhor o custo de geração térmica. A energia elétrica já é um dos componentes que mais pesou sobre a inflação em 2017, com alta de 5,8% no acumulado do ano até setembro, contra avanço de apenas 1,78% do IPCA.

"Olhando pela inflação, certamente a energia pode ser o mais preocupante", afirma Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "Não parece haver espaço para outras pressões. Alimentos estão sob controle, com estoques bem elevados, e a economia ainda terá capacidade ociosa em 2018, mas a energia

pode ser um choque que pode se juntar a uma demanda crescendo em um ritmo mais forte do que o mercado acredita."

A MB Associados projeta o PIB em 2018 entre 3% e 4%, acima do consenso do mercado, que está em 2,5%, de acordo com o boletim Focus. Ainda assim, Vale acredita que a inflação no ano que vem deve convergir para próximo da meta, encerrando o ano em 4,2% - o centro da meta é de 4,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Essa também é a visão de Márcio Milan, analista de inflação da Tendências Consultoria. "Devemos ter no ano que vem um cenário de preços livres bastante confortável, que garante uma inflação próxima ou até abaixo da meta", prevê o economista. Segundo ele, isso se explica por algum efeito defasado da demanda escassa, pelos elevados estoques em alimentos e o cenário de câmbio estável, pelo menos até as eleições. Para 2018, a consultoria projeta o IPCA em 4,1%.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre-FGV, avalia que, se a energia elétrica permanecer em patamar de preços elevado por muitos meses, as indústrias eletrointensivas - setores como o de alumínio, aço e petroquímico - podem deixar de produzir no Brasil para importar. O efeito inflacionário também poderia reduzir a renda disponível das famílias, prejudicando a recuperação do consumo, e levando o BC a elevar juros.

Estudo da FGV aponta que, em 2014 - quando o preço da energia elétrica se manteve elevado o ano todo e se discutia a possibilidade de racionamento em 2015 - cerca de 10% a 20% da frustração do PIB se deveu ao preço da energia, pois setores industriais reduziram produção, elevando a importação. Naquele ano, a projeção para a alta do PIB em janeiro era de 2%, e o indicador fechou o ano com avanço de apenas 0,5%.

"Setores eletrointensivos, em qualquer momento de energia muito cara, deixam de produzir para importar. Se o PLD [Preço de Liquidação das Diferenças, referência no mercado de energia elétrica de curto prazo] continuar acima de R\$ 400 por vários meses, há um risco de se repetir o que aconteceu em 2014", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Novo marco legal da mineração preocupa empresários

O novo marco regulatório da mineração, cujo texto foi apresentado semana passada em comissão especial no Congresso Nacional, está recebendo críticas

do setor privado. As queixas se referem, principalmente, a dois aspectos: o aumento da tributação sobre as empresas; e a frustração com uma suposta falta de autonomia da agência que está sendo criada para regulamentar a atividade no país.

A nova legislação resultará de três medidas provisórias editadas neste ano pelo governo e que estão sendo analisadas e modificadas pelos parlamentares. Elas trazem um novo regime fiscal aplicado aos recursos naturais (MP 789/2017) e um novo regime legal para outorgas e concessões (MP 790/2017). Uma terceira medida (791/2017) extingue o atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para criar a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Os três textos dialogam entre si e derivam de um do Projeto de Lei 5.807/2013 que não conseguiu avançar porque, segundo técnicos, é abrangente demais. O novo marco deve ser votado amanhã em uma comissão especial do Congresso. Nos bastidores, as principais queixas de empresários aos parlamentares têm se relacionado às mudanças no modelo de tributação presentes nas MPs.

Uma delas está na MP 789, que determinou uma alta dos royalties pagos ao governo pela retirada de minérios. Um problema para os empresários está no fato de que, apesar da majoração das alíquotas, o texto manteve o percentual pago pelas mineradoras aos donos da terra de onde as riquezas são tiradas - 50% da base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).

No caso do ouro, por exemplo, o minerador paga atualmente 1% de CFEM ao governo e metade disso ao superficiário. Como a alíquota dobrou com o novo texto, dobrará também o valor pago pelo empresário ao dono da terra. Para muitos, esse percentual deveria ser revisto, uma vez que aumentará os custos das empresas sem nenhum efeito positivo na arrecadação - que é um dos principais objetivos do governo com as mudanças.

Segundo técnicos, o governo espera dobrar a arrecadação com a CFEM para R\$ 3 bilhões anuais.

"Um dos argumentos do governo é que os royalties no Brasil são muito inferiores aos cobrados nos outros países", diz a advogada Ianê Pitrowsky, que assessora empresas do setor. "Mas a carga tributária aqui é muito maior."

Os empresários também se queixam das altas das alíquotas da taxa de fiscalização, que será rebatizada de Taxa de Gestão de Recursos Minerais (TGRM) pela MP 791.

Uma crítica é que a mudança de nome ocorreu para, segundo empresários, proteger a taxa de fiscalização que já é hoje praticada por alguns Estados. Além disso, as alíquotas subiram em proporção além da esperada pelo setor.

Na MP enviada em julho, a taxa variava de R\$ 100 a R\$ 7.000, dependendo de fatores como estágio, tamanho da área e faturamento da empresa. Mas sob a relatoria do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) os valores subiram de R\$ 600 a R\$ 2,7 milhões.

A expectativa do governo é arrecadar R\$ 200 milhões com o novo tributo, que em tese servirá para custear as atividades da ANM.

"Era para ser um projeto de revitalização do setor, mas não estamos verificando o estímulo à competitividade com um formato justo de tributação", diz Luis Azevedo, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM). "O que houve foi um retrocesso em todos os aspectos."

Em relação à nova agência, a principal frustração dos empresários está no fato de que não será ela a dar a última palavra sobre as concessões de lavra. As empresas esperavam que isso coubesse à ANM. "O ministro é um cargo político, a agência é mais técnica e tende a tomar decisões seguindo critérios mais técnicos", explica Dayanne Farias, representante da Associação dos Mineradores de Areia do Tibagi, em Ponta Grossa (PR).

Os empresários também estranharam o fato de não estar prevista a presença da ANM no Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), criado pela MP 790 para assessorar o presidente da República em decisões sobre o setor. "Será uma agência fraca e sem autonomia", diz Dayanne.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Para advogados, regras ao menos reduzem incertezas

O texto do novo marco regulatório da mineração foi recebido pelo setor de modo controverso, mas ao menos especialistas são unânimes em afirmar que sua existência já resolve um problema que se arrastava há anos: a incerteza dos investidores sobre o que estava por vir.

Há pelo menos cinco anos uma mudança na regulação mineral é debatida entre governo e setor privado. Recentemente, Afonso Sartorio, sócio de mineração da consultoria EY (ex-Ernst & Young), disse ao **Valor** que, apesar da perspectiva de

aumento ao redor do mundo das fusões e aquisições no setor, o Brasil ficava para trás. Um dos motivos era exatamente a incerteza em relação ao marco.

Para Ricardo Marques, da KPMG, como o texto é recente e ainda não se tornou lei, é cedo para avaliá-lo. "Mas o que retinha mais a atratividade era a incerteza, se iria elevar os royalties ou não, qual a alíquota, se seria aprovado ou não", opina. "A proposta anterior, de 2013, era muito ruim. Só nesse sentido é um tremendo avanço", diz Bruno Werneck, sócio do escritório de advocacia Mattos Filho. "O nível de insegurança que ele trazia era brutal, quem fazia pesquisa não tinha a garantia de que iria explorar. Isso assustou investidores."

Um dos pontos considerados positivos pelos especialistas foi a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM). "É um consenso que o DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral], apesar da capacidade técnica, possui problemas estruturais e até de financiamento", comenta Marques. A medida, porém, divide opiniões. O setor não aprovou o fato de que algumas atribuições não passarão para a ANM.

Já a nova base de cálculo da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) é a mais rechaçada. Mineradoras e especialistas veem a proposta como problemática. Como a incidência do royalty passou da receita líquida para a bruta, a contribuição agora será adicionada a outros custos, como de transporte.

Fernando Scaff, advogado e professor da USP, aposta que o texto pode ser inconstitucional. O não abatimento do transporte deve punir as minas mais distantes e arrisca ferir o princípio da isonomia. "O governo perdeu a chance de dar outro tratamento à Cfem, de não torná-la estratégica para incentivar a pesquisa", diz Scaff, há 20 anos trabalhando para o setor.

Mas, para uma fonte, dificilmente o argumento da inconstitucionalidade vai prevalecer. Ela lembra que o governo tem total liberdade para definir a incidência e o tamanho da alíquota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Leilões de áreas do pré-sal podem render R\$ 7,7 bi ao governo

Após arrecadar R\$ 3,8 bilhões com a 14ª rodada de licitações de blocos exploratórios, em setembro, o governo espera obter esta semana mais R\$ 7,75 bilhões para os cofres da União com os dois leilões do pré-sal marcados para sexta-feira. Será a primeira vez que petroleiras privadas poderão participar

como operadoras em uma licitação sob regime de partilha, desde o fim da exclusividade da Petrobras.

Dentre as 16 empresas habilitadas para as duas licitações, sete tentam estrear no pré-sal brasileiro: Petronas, BP Energy, Qatar Petroleum, CNODC, Ouro Preto (OP Energia), Ecopetrol e a ExxonMobil, que adquiriu oito blocos com potencial para o pré-sal, na 14ª rodada, mas ainda não possui descobertas confirmadas.

A presença das grandes petroleiras na licitação das áreas da Bacia de Campos, em setembro, alimenta as expectativas de que a disputa pelos ativos das rodadas de partilha será acirrada. Na ocasião, o consórcio formado pela Petrobras/Exxon não deu chances para a concorrência e levou todos os seis blocos que disputou, desbancando ofertas de outras gigantes do setor, como Shell, Total, BP, Repsol e CNOOC. Em alguns blocos, o bônus apresentado pela dupla vencedora foi 18 vezes maior que o segundo maior.

Os altos bônus de assinatura pagos pela Petrobras/Exxon sinalizam que as petroleiras terão que calibrar melhor suas ofertas na concorrência desta semana. Mesmo com a disputa, contudo, a arrecadação para este ano está limitada a R\$ 7,75 bilhões, já que no regime de partilha o critério de disputa é diferente do modelo de concessão: ao invés de disputarem pelo maior bônus de assinatura (que são fixos), as petroleiras disputarão os ativos pela maior oferta de volume de óleo à União (o excedente em óleo, que só trará receitas ao governo no longo prazo). Os bônus, por sua vez, deverão ser depositados pelas empresas até o final do ano.

Segundo Bruno Belchior, sócio do Tauil & Chequer Advogados, ao contrário dos altos ágios registrados no pagamento de bônus, na 14ª rodada, as ofertas nos leilões do pré-sal tendem a ser menos discrepantes. "[A oferta de excedente em óleo] é uma análise de economicidade de projeto de longo prazo, é diferente de um pagamento de bônus que se dá no curto prazo, com compromissos de investimentos mais baixos", disse.

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, acredita que todas as oito áreas do pré-sal a serem ofertadas nos leilões de partilha desta semana serão contratadas. Segundo ele, a expectativa é que haja uma "disputa acirrada" por alguns dos ativos.

Na semana passada, o órgão regulador anunciou a criação de um mecanismo de repescagem que reduz as chances de que algum ativo não seja licitado. Pela nova regra, que será replicada para todos os novos leilões, os blocos que eventualmente não tenham recebido propostas serão ofertados novamente ao fim de cada uma das rodadas.

A 2ª rodada de partilha ofertará quatro áreas unitizáveis (áreas adjacentes a campos ou prospectos cujos reservatórios se estendem para além da concessão), nas bacias de Campos e Santos. Na 3ª rodada de partilha, por sua vez, serão oferecidas áreas ainda não exploradas, também em Campos e Santos.

O governo aposta que a maior disputa ocorrerá pela área unitizável de Carcará, devido ao tamanho de recursos petrolíferos. A agência reguladora estima que a área norte de Carcará, a ser licitada, tenha cerca de 2,2 bilhões de barris de petróleo 'in situ' (total de óleo contido num reservatório, ainda não comprovado e não necessariamente recuperável). A concessão BM-S-8, onde está situada a descoberta, é operada pela Statoil (76%), em parceria com a Petrogal (14%) e Barra Energia (10%).

Com relação às áreas ainda não exploradas, as que devem atrair mais atenção das companhias petroleiras são Peroba e Alto de Cabo Frio Central, segundo o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix. Essas áreas foram as duas para as quais Petrobras exerceu preferência para ser operadora. A estatal é a companhia que detém o maior conhecimento geológico da região.

Rafael Baleroni, sócio da área de petróleo e gás do escritório Souza Cescon, concorda que a área unitizável de Carcará é a mais atrativa. Segundo ele, existe possibilidade de todas as áreas serem negociadas, principalmente com a inclusão da repescagem nos dois leilões. "Mas depende da estratégia das empresas", completou.

Uma das principais preocupações atuais da indústria petrolífera no Brasil, o processo de licenciamento ambiental para áreas de exploração e produção de óleo e gás não deverá ser fator de risco significativo nos dois leilões do pré-sal marcados para a próxima semana. Nas licitações, a ANP ofertará áreas das bacias de Santos e Campos.

"Essas são áreas já consolidadas. É muito diferente de uma nova fronteira exploratória, como é o caso da margem equatorial, por exemplo. O órgão ambiental já conhece melhor a operação dessas áreas. Não se espera sensibilidade ambiental relevante", afirma Luiz Gustavo Bezerra, especialista em ambiente do escritório Mattos Filho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Sergio Guerreiro

Título: Retomada industrial depende de fontes alternativas de energia

Em resposta à perspectiva de retomada da economia, ao longo dos próximos dez anos a indústria brasileira deverá registrar expansão anual média da ordem de 2,2%, o que demandará investimentos adicionais no fortalecimento do sistema elétrico e em tecnologias que levem robustez e flexibilidade ao grid.

No que concerne ao sistema gerador, em parte o país tem caminhado em direção à diversificação de sua matriz energética ao, gradualmente, introduzir novas fontes de energia que funcionem de modo complementar às usinas hidrelétricas e termelétricas, que hoje compreendem cerca de 90% do parque gerador em operação. A questão, contudo, é se de fato o ritmo adotado está em acordo com as necessidades do Brasil.

Com objetivo de evitar episódios como o ocorrido em janeiro de 2015 - quando o consumo de energia superou a oferta no horário de ponta - é preciso investir em fontes de geração que funcionem de modo complementar à geração hídrica, atualmente a predominante no país. Trata-se, portanto, de remodelar o sistema elétrico brasileiro de modo que as principais fontes de geração estejam baseadas nas centrais hidrelétricas e eólicas, tendo como back-up pequenas centrais termelétricas prontas para acionamento a fim de atender à demanda excedente no horário de ponta. Trata-se de um raciocínio lógico e alinhado à realidade brasileira e, principalmente, à perspectiva de retomada econômica.

Ainda que não tenha sido o consumo da indústria o motivador do desbalanceamento energético no episódio citado, é inegável a sua participação no atual modelo de consumo brasileiro. Estudo realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) indica que a indústria responde por quase um terço de todo o consumo de eletricidade no país.

Em vista disso e dentro de um cenário que indica retomada do crescimento econômico e consequente aumento da atividade industrial, investimentos concretos na expansão do sistema elétrico são preponderantes, o que inclui a realização de leilões que estimulem a participação de fontes alternativas de energia em alinhamento com uma agenda pré-definida e transparente junto ao governo.

Em outras palavras, isso significa priorizar projetos de geração de médio prazo, com início da operação levando dois anos, em média, após a contratação. O imperativo, nesse caso, não é somente a instalação do projeto em uma perspectiva de médio prazo, mas a sua entrada em operação em alinhamento com o momento de retomada econômica e expansão da atividade industrial. Em resumo, trata-se de investir nas bases que sustentarão e darão continuidade à expansão da economia e da indústria brasileira ao longo dos próximos anos.

Empresas têm desenvolvido sistemas de armazenamento de energia que funcionem de modo complementar

Sob outro aspecto, também é preciso ter em perspectiva a baixa dos reservatórios brasileiros e a incerteza sobre a retomada do regime regular de chuvas. Em setembro os reservatórios que abastecem as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país apresentavam cerca de 30% de sua capacidade de armazenamento. Em situação mais crítica, os reservatórios da região Nordeste estavam pouco acima dos 10%, colocando o país novamente em situação delicada, principalmente se levada em consideração a elevação das temperaturas e a proximidade do verão, período que historicamente registra alta no consumo de energia. Embora esta seja também a época do ano em que há maior incidência de chuvas, a indústria definitivamente não pode trabalhar baseada em incertezas decorrentes de eventos climáticos.

A fim de manter o nível dos reservatórios, o governo anunciou recentemente a importação de energia da Argentina e do Uruguai. Trata-se de uma atitude coerente com o momento, que exige a economia da água disponível caso o período de estiagem perdure. Contudo, essa é uma medida pontual e incapaz de sustentar o sistema elétrico sob uma visão de médio e longo prazos, sobretudo diante de um cenário de aquecimento da economia e perspectiva de ampliação da atividade industrial.

Nesse sentido, diferentes empresas têm se dedicado ao desenvolvimento de sistemas de armazenamento de energia que funcionem de modo complementar a outras fontes de geração, mas em especial a eólica. Tendo em mente a intermitência da força dos ventos, baterias de armazenamento surgem como uma solução possível para eliminar um dos principais empecilhos para o avanço da fonte de modo mais acelerado.

Projetos atualmente em andamento indicam a construção de células eletroquímicas com output inicial de 20 MW e capacidade de 200 MW/h. Se utilizado em grande escala, o sistema adicionaria inteligência e flexibilidade ao grid ao evitar o "desperdício" de energia em momentos em que a geração eólica é maior que a demanda.

Naturalmente, outras soluções ligadas à transmissão e distribuição também devem ser avaliadas a fim de evitar perdas no sistema elétrico como um todo. Contudo, independentemente do foco de análise, é preciso ter claro que o investimento contínuo no grid é um ponto preponderante para a retomada do crescimento do parque industrial brasileiro - principalmente considerando as indústrias eletrointensivas, aquelas que demandam mais energia em seus processos habituais, como a siderurgia, petroquímica e de papel e celulose, para citar alguns exemplos apenas.

Focar na diversificação de fontes geradoras e buscar novos meios de fortalecer o sistema elétrico são algumas das medidas necessárias para suportar a expansão da indústria no decorrer dos próximos anos e manter o balanceamento adequado entre oferta e demanda. Isso, em resumo, representa um fator preponderante para suportar a continuidade da retomada e expansão econômica do país.

Sergio Guerreiro é CEO da unidade Bearings da Thyssenkrupp para o Brasil, fornecedora do setor eólico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Reconstrução após desastre da Samarco esbarra em entraves

Quase dois anos depois do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, e um ano da existência da Fundação Renova - criada com recursos das mineradoras Vale e BHP para compensar e reparar os estragos do maior desastre ambiental do país - o balanço da reconstrução tem avanços, alguns atrasos e muita frustração de quem ainda não viu a vida voltar à normalidade. Sinais positivos vêm das obras de engenharia para conter os rejeitos, mas as questões sociais mostram as dificuldades. É verdade que a crise econômica não ajuda e torna mais difícil saber o que é resultado da recessão e o que foi provocado pelo desastre.

"Estamos falando de um programa de 10 anos, estamos nos 10% de tudo o que temos que fazer", diz o biólogo Roberto Waack, diretor-presidente da Renova. A Fundação, que se esforça para descolar sua imagem das mineradoras, busca consertar os estragos material e imaterial originados em Minas Gerais e no Espírito Santo em 5 de novembro de 2015 - e que tinha a dimensão de "um Corcovado de rejeitos".

A engenharia avança, o plano de manejo de rejeitos foi aprovado, mas dois grandes nós ainda são críticos - a reconstrução das vilas destruídas ou parte delas, e a indenização de quem perdeu bens e capacidade de gerar renda. Em ambos os casos, Waack espera ter soluções definitivas em 18 meses. "É um prazo aceitável? Não. Pela ótica do indivíduo é uma desgraça. Mas não tenho atalhos para acelerar."

Os estragos causados pelo desastre que afetou a vida ao longo dos 700 km do rio Doce encontram soluções complexas ou esbarram em fronteiras do conhecimento. O destino dos rejeitos, por exemplo, tem que ser resolvido trecho a trecho. "Aquilo é um campo de provas", resume Waack. Se o rio Doce é

"o mais monitorado do país" e a água "retornou à potabilidade de antes do desastre", ainda há dúvidas sobre os peixes. O processo de indenização esbarra na informalidade da economia e o apoio aos proprietários rurais, na adequação ao Código Florestal. Waack falou da complexidade do processo e reconheceu a legitimidade do descontentamento em conversa com o **Valor**, em São Paulo. "Não falta recurso financeiro nem humano. O ponto é que é difícil mesmo chegar nesses acordos. Temos que aceitar o descontentamento e fazer de tudo para achar soluções." Leia, a seguir, trechos da entrevista:

Valor: *O ministro Fernando Coelho Filho disse que o desastre de Mariana foi uma fatalidade, um acidente. O que o senhor pensa disso?*

Roberto Waack: A Fundação não entra nesta discussão. Nosso foco é a reparação do que aconteceu, não entendemos de mineração. Há uma confusão e esta é uma das coisas que mais incomodam.

Valor: *Qual?*

Waack: Todos confundem a Renova com as mineradoras e com a Samarco, quando a Fundação é uma organização independente criada para fazer a compensação e a reparação dos danos. É como se a Fundação existisse para ser uma cortina de proteção às mineradoras ou que teria que mudar a realidade da mineração no Brasil. Não é isso. O nosso universo é cuidar da transformação do rio Doce.

Valor: *Como estão os recursos?*

Waack: O Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (Ttac) fala em R\$ 11,1 bilhões, até 2030, como piso. São duas frentes de uso dos recursos, uma parte voltada para as ações de reparação e outra para a compensação. No acordo se acertou que R\$ 4,5 bilhões seriam para compensar as perdas. Além disso há a reparação, que é reconstruir a cidade, tirar a lama, o impacto na biodiversidade, na saúde. Aí não tem teto, só piso, que é por volta de R\$ 5 bilhões. O que for necessário vai ter que ser gasto.

Valor: *Quanto já entrou?*

Waack: A Fundação foi criada um ano depois do desastre e já gastou em torno a R\$ 1,8 bilhão. O total está em torno a R\$ 2,5 bilhão, porque a Samarco fez ações.

Valor: *Onde usaram o recurso?*

Waack: Há uma parte importante nas obras de contenção dos rejeitos. O volume de rejeitos na barragem de Fundão tinha mais ou menos a dimensão do

Corcovado, uns 50 milhões de m³. Uma parte disso continuou lá, 10 a 12 milhões, e têm que continuar, não pode descer pelo rio. Há uma série de obras complexas de engenharia para dar estabilidade àquilo.

Valor: *Foram concluídas?*

Waack: Sim. Além disso, cerca de 20 milhões de m³ escorreram e pararam nos 100 km até Candonga. Parte desse material ficou retido ali, é preciso retirá-lo e dar condições para o retorno do funcionamento da usina. Foram feitos três grandes barramentos metálicos, uma obra inédita de engenharia porque permite que o rejeito que chega seja retirado e não comprometa mais a usina, que deve voltar a funcionar no meio de 2018.

Valor: *O rejeito vai para onde?*

Waack: Há situações diferentes. A parte que ficou lá em cima está estabilizada. Outra se depositou nas margens e no leito dos rios nos 100 primeiros km. Uma porção está em Candonga e outra seguiu até a foz. Compramos uma fazenda ao lado de Candonga para receber os rejeitos dali. Esta é uma das áreas em que tivemos dificuldades.

Valor: *Pode explicar?*

Waack: A maior parte do rejeito é areia com minério de ferro. É material denso, não é como bombear água. As primeiras soluções não funcionaram bem, as obras de Candonga enfrentaram uma fronteira tecnológica e atrasaram. Hoje sabemos que a tecnologia que funciona é a das barreiras metálicas, mas demorou para se chegar a isso. Se imaginava que a simples dragagem fosse funcionar. Mas o que aconteceu? Dragava-se e descia mais, foi como enxugar gelo. Com os barramentos, a água passa por cima e a lama fica embaixo.

"A única chance de aceitação do Código Florestal é que as áreas ambientais não inviabilizem economicamente a propriedade"

Valor: *Que trabalho foi feito com os pequenos rios da bacia?*

Waack: São 101 riozinhos no pedaço até Cadonga que foram cobertos pela lama. Tivemos que reencontrá-los, redesenhar seu caminho, proteger as bordas. Foi um trabalho monstruoso de reconformação e de bioengenharia das margens. A margem, onde havia pastos, ficou coberta de lama e cada vez que chove, tudo escorre de novo. Refizemos a drenagem e protegemos as margens com biomantas, que são um tecido vegetal com vários tipos de sementes. A intenção de revegetar é dar estabilidade ao solo. Os 101 riozinhos estão reconformados, trabalho que avançou e gerou polêmica.

Valor: *Por que?*

Waack: Se a lama foi para o leito do rio, qual a melhor opção? Posso causar dano tirando e colocando em outro lugar. Às vezes o melhor é deixar onde está e revegetar. Aquilo é um campo de provas.

Valor: *O que quer dizer?*

Waack: O plano de manejo de rejeitos que aprovamos com os órgãos ambientais e no Comitê Interfederativo dividiu tudo em 17 trechos. Cada trecho tem uma solução diferente. Vai levar anos para que tudo possa ser endereçado. Lidamos com a realidade, que é como a natureza está reagindo.

Valor: *Estão revegetando com sementes de Mata Atlântica?*

Waack: Ainda não. A escolha foi por plantas que tenham papel de regeneração do solo, como leguminosas. Esta região tem muitas Áreas de Proteção Ambiental (APPs), temos que tomar cuidado.

Valor: *Que tipo de cuidado?*

Waack: A maior parte do que deveria ser APP, não o era. O pequeno proprietário tinha o pasto chegando até a beira do rio. Ali tudo encheu de lama. Fomos lá, tiramos lama, aquele monte de caminhão, a vida dele virou um inferno. Aí ele ouve: "Só que aquele pedaço de terra perto do rio que o senhor usava, não vai mais poder. Aquilo vai virar APP". Ele nos diz: "Vocês estão loucos?". A Fundação não pode fazer restauração em desacordo com a lei. Temos que apoiar o produtor com tecnologia de pastagens mais produtivas. A única chance para que o Código Florestal seja aceito é que as áreas utilizadas para fins ambientais não inviabilizem economicamente a propriedade. Mas isso leva tempo e frustra.

Valor: *Onde está o gado?*

Waack: O gado que estava na área da lama está em fazendas da Renova. São 1600 animais.

Valor: *O proprietário pode pegar o gado dele e vender?*

Waack: Como a situação judicial não foi resolvida ainda, não posso fazer esta transição. Aquilo ainda é patrimônio impactado pelo desastre. Existem nós jurídicos.

Valor: *O Ttac ainda não está homologado. Como está o imbróglio?*

Waack: Uma parte do Ministério Público (MP) não concordou com o Ttac, mas não significa que o acordo seja inválido. Esse processo caminha para o fim, há negociação entre as empresas e o MP que deve resultar em um termo que incorpore novas demandas. A previsão é que até o fim do ano ocorra.

Valor: *O processo de indenização produz grande insatisfação.*

Waack: Claro. Famílias de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira tiveram suas vidas viradas de ponta-cabeça e ainda não têm suas casas. Mas são vários tipos de indenizações. Existem os proprietários rurais que tiveram o curral destruído pela lama, quem têm casas com rachaduras, os areeiros que extraíam areia do rio e tiveram que parar assim como os pescadores. Pessoas que tinham pousadas na foz do rio Doce e fecharam. É um conjunto de danos grande e heterogêneo.

Valor: *Como isso é tratado?*

Waack: São duas frentes de indenização. Estimamos em 450 mil pessoas as que tiveram algum tipo de impacto. Dessas, 20 mil perderam renda e bens, mas a maior parte teve danos por falta de água. São 450 mil pessoas que ficaram mais de 24 horas sem água, às vezes sete dias, em Colatina e Governador Valadares. Destas, cerca de 250 mil já concordaram com a indenização e estão recebendo. Os valores variam de R\$ 880 e R\$ 1 mil por pessoa. Isso está andando, são R\$ 250 milhões comprometidos.

Valor: *E os outros?*

Waack: São os pescadores e agricultores, o comércio que parou de funcionar, toda a área de turismo. Tem de tudo. São 8 mil cartões de emergência para pessoas identificadas como as que tiveram perdas, perderam capacidade de gerar renda e precisam desses recursos. Recebem cerca de R\$ 1.700, R\$ 1.600 por mês. Mas tem muita gente que diz que não foi incluída. Das oito mil famílias iniciais com cartões emergenciais, já chegamos a 25 mil famílias. Praticamente dobrou o número de pessoas que têm percepção de dano pelo desastre. Toda vez que se tem que incluir mais uma região são mais mil cadastros. É assim a dinâmica. E tem questões muito complexas.

"Há areeiro que tinha direito a tirar 10 ton/mês, mas tirava 100. Há um ponto de vista jurídico e outro de direitos humanos"

Valor: *Como quais?*

Waack: Um pescador chega e diz que pescava tantos quilos por mês. A autodeclaração é fundamental, mas no processo de negociação da indenização, precisamos de alguma evidência. Mas qual é a evidência, considerando que 80%

daquela economia é informal? Ele não tinha carteirinha de pescador. Ou o areeiro que diz que tirava 100 toneladas por mês, mas tinha direito de tirar só 10. Se ele escreve no cadastro que tirava 100, está se autodenunciando. Não posso induzi-lo a fazer uma autodenúncia, mas se não reconheço isso, não reconheço efetivamente o dano. Há um ponto de vista jurídico e outro de direitos humanos. A posição da Fundação é reconhecer que não precisa ter comprovação formal.

Valor: *Qual o prazo para solução?*

Waack: Até o final deste ano, 60% a 70% das indenizações têm que estar resolvidas e até o meio de 2018, tudo. É um prazo aceitável? Não. Pela ótica do indivíduo impactado é uma desgraça. Mas não tenho atalhos para acelerar.

Valor: *A pesca está liberada?*

Waack: Ainda está proibida na foz. Em outras regiões não pode pescar peixes nativos, só exóticos. Há uma linha que diz que o rio precisa ser repovoado com espécies nativas e que esta é uma oportunidade. A vida dos pescadores continua perturbada. O caso do lucro cessante não está resolvido.

Valor: *Do que se trata?*

Waack: O pescador, por exemplo, tem autorização de pesca, mas tem que continuar a ser indenizado até que a vida volte ao normal. Só que não vamos esperar para já fazer uma parte da indenização.

Valor: *Algo voltou ao normal?*

Waack: Os areeiros estão voltando. Restaurantes na região do meio do rio também. Outros não têm nem como estimar, como o turismo na foz. É uma região importante para o surf, com pousadinhas. Mas com a lama os surfistas não quiseram mais ir para lá. O distúrbio econômico ainda existe.

Valor: *Está claro o tamanho da complexidade de consertar o desastre. Mas quem está atrás da Samarco é a Vale e a BHP, duas das maiores mineradoras do mundo.*

Waack: Não falta recurso financeiro nem humano. O ponto é que é difícil mesmo chegar nesses acordos. Temos que aceitar o descontentamento e fazer de tudo para achar soluções.

Valor: *E as vilas que têm que ser refeitas, em que pé estão?*

Waack: É o outro ponto crítico. São 365 famílias nas três comunidades, cerca de 1300 pessoas que perderam suas casas e continuam morando em casas alugadas. A teia social foi completamente rompida, o modo de vida, que era rural e agora é urbano, há problemas de depressão. São três vilas e a cidade de Barra Longa, que foi parcialmente invadida pela lama. Ali a lama foi retirada, as 100 casas foram reconstruídas. Tem coisas ainda para fazer, mas em Barra Longa está equacionado. Nas outras ainda não começou a reconstrução.

Valor: *Como está o caso de Bento Rodrigues, a mais impactada?*

Waack: A solução é reconstruir a cidade o mais próximo possível de como ela era. A comunidade escolheu um novo local, o terreno foi comprado, agora tem que aprovar o Plano Diretor. Estamos no processo de regularização para a construção dessa cidade. As obras começam em fevereiro e devem terminar no meio de 2019. É muito difícil a pessoa aceitar que vai levar três anos pra voltar à casa dela, mas os prazos estão dentro do previsto.

Valor: *E a qualidade da água?*

Waack: Hoje o Doce é o rio mais monitorado do Brasil, é a Agência Nacional de Águas quem atesta. São 90 unidades de coleta de água, 22 estações automáticas online. A potabilidade da água retornou à situação anterior ao desastre.

Valor: *Se a água é potável porque não se pode pescar?*

Waack: É uma discussão de bioacumulação. A água tem um fluxo diferente no organismo do que o alimento. Mas a discussão se o peixe pode ou não pescar é, hoje, inconclusiva. Alguns órgãos já deram autorização, outros não. Estamos falando de fronteira de conhecimento em muita coisa.

Valor: *Como a crise econômica e política estão afetando tudo isso?*

Waack: Muito. O retorno à atividade econômica é mais lento. É muito difícil discriminar o quanto do turismo foi afetado efetivamente pelo desastre ou quanto Mariana foi impactada por ele e quanto pela crise econômica. Temos que trazer investimento alternativo, porque ninguém sabe se e quando a Samarco volta a operar. A economia de Mariana tem que ser reforçada. No geral, tem muita coisa acontecendo, é difícil fazer este balanço. Mas estamos nos 10% do que temos que fazer. Estamos falando de um programa de 10 anos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo****Título: Dano social é sempre mais demorado para recuperar, diz comitê**

A paisagem de destruição causada pela onda de rejeitos da barragem da Samarco está atenuada pelo verde de pequenos arbustos. Mas que ninguém se iluda, alertam especialistas - é vegetação de contenção da lama, para que não retorne ao rio. A recuperação ambiental levará ao menos 20 anos, calculam.

"Foi o maior derrame de rejeitos da mineração do mundo", diz Marcelo Belisario, superintendente do Ibama de Minas Gerais. Há muita lama ainda pelo rio e pelas margens. "Tudo o que está adormecido tem potencial de gerar nova poluição. A cada período chuvoso se revive um pouco do rompimento", continua.

A reconstrução de Bento Rodrigues, a cidade que se perdeu na tragédia, ainda não começou. O processo está atrasado, reclamam os moradores. Mas há avanços nas obras de engenharia. "O controle de obras é mais fácil de atestar", diz Renato Miranda Carvalho, secretário-executivo do Comitê Interfederativo, o CIF, a instância maior de decisão sobre as ações de reparação e compensação dos danos do desastre.

Ele diz que foram cercadas 100% das propriedades rurais como previsto, estradas não pavimentadas foram recuperadas, pequenas pontes foram reformadas ou reconstruídas. "O aspecto social é sempre mais difícil, mais demorado e requer mais providências", continua Carvalho.

O CIF reúne representantes da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e dos 35 municípios afetados. O acordo conhecido por Ttac pressupõe a execução de 41 programas socioeconômicos e socioambientais.

Hoje, em reunião do CIF, as indenizações para quem teve prejuízos em sua atividade de geração de renda, o chamado "lucro cessante", está em pauta. É um dos tópicos controversos do processo de compensação pelo desastre.

Um pescador, por exemplo, que não pode mais pescar em função do desastre tem direito a ser indenizado por danos materiais, danos morais e pelo dinheiro que deixou e está deixando de ganhar, explica Carvalho. Sobre este tópico há muita divergência e dúvidas jurídicas. Uma delas, por exemplo, é se o auxílio-emergencial que a Renova vem dando mensalmente a quem teve perdas materiais e de renda, pode ser debitado do lucro cessante.

Há acordo, contudo, no pagamento do que for dano material e moral. Se tudo correr conforme os prazos, esta parcela das indenizações deve estar concluída em junho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Bolognesi e New Fortress recorrem para manter térmica

A Bolognesi e a americana New Fortress Energy entraram com um recurso administrativo na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pedindo que reconsidere a revogação da concessão da termelétrica Rio Grande, de 1,3 gigawatts (GW) de potência. O objetivo é comprovar que a New Fortress tem capacidade para colocar a usina em operação até o fim de 2020, antes do início da vigência dos contratos com as distribuidoras, que começam em 2021. Para isso, a americana negociou parcerias com várias companhias, como a GE, que seria responsável pela engenharia e construção, e a norueguesa Golar Power, que iria afretar uma embarcação para regaseificação do gás natural liquefeito (GNL) usado na usina.

Contratada no leilão A-5 de 2014, a térmica deveria entrar em operação em 2019, mas a escalada do dólar e o agravamento da crise financeira no país fizeram com que a Bolognesi tivesse dificuldades em tocar o projeto. O investimento é estimado em R\$ 3 bilhões.

A Bolognesi, então, conseguiu prorrogar até 2021 o prazo de entrada em operação da termelétrica, e tinha até agosto para encontrar uma maneira de viabilizar o negócio. Ao fim do prazo, a empresa pediu extensão à Aneel, e assinou, em setembro, acordo de venda com a New Fortress Energy.

Mesmo assim, a Aneel decidiu revogar a concessão da usina, por considerar que não há expectativa de viabilizar o projeto. Segundo Tiago Correia, diretor da Aneel, a agência vai olhar "com toda a atenção" os argumentos do recurso da Bolognesi. O **Valor** apurou, porém, que as chances de a diretoria mudar de ideia não são grandes. Isso porque outro projeto da Bolognesi, a térmica Novo Tempo [vendida para a Prumo], está com os planos consideravelmente avançados. No caso da Rio Grande, o entendimento é que "não há nada" concreto.

No recurso, Bolognesi e New Fortress Energy tentam mostrar que há avanços concretos no projeto, e destacaram que não haveria necessidade de financiamento, pois a americana tem recursos suficientes para fazer frente aos investimentos necessários.

Além disso, a empresa já tinha pré-contratos com fornecedores. A GE venceu uma concorrência para realizar os serviços de engenharia, compra de equipamentos e construção do empreendimento até dezembro de 2020.

A New Fortress também conseguiu duas alternativas para o fornecimento do gás natural liquefeito (GNL) necessário para a geração. A primeira é um contrato já assinado com a britânica Centrica, que fornece mais de 20 milhões de toneladas de GNL por ano em todo o mundo. A segunda alternativa seria a contratação de uma capacidade firme de gás do Terminal de Sabine Pass, da americana Cheniere.

A New Fortress também tinha um pré-contrato para afretar por 25 anos uma embarcação de regaseificação de GNL da Golar Power, com previsão de início das operações já no fim de 2019.

A GE e a Golar tem ampla experiência nesse setor, e foram contratadas para viabilizar outro projeto de termelétrica a GNL que quase não saiu do papel no país, a usina de Porto de Sergipe.

Em relação aos licenciamentos, o governo do Estado do Rio Grande do Sul se comprometeu a conceder todas as licenças de instalação do projeto até o fim deste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: As armas da State Grid e dos minoritários da CPFL Renováveis

Na disputa pelo cálculo do preço da oferta pública de aquisição de ações da CPFL Renováveis, tanto a controladora State Grid quanto os minoritários relembram casos anteriores e acusam um ao outro de omitirem contextos. Os principais precedentes em relação ao tema são os casos da ArcelorMittal, Millenium e Aços Villares.

Para a State Grid, as discussões desses casos não são necessárias em relação à Renováveis porque o preço de compra foi definido no contrato de compra e venda de ações. Também alega que existe presunção legal de que o preço foi definido de forma adequada.

Minoritários donos de mais de 30% do capital social da CPFL Renováveis - que inclui o Pátria, BTG Pactual, GMR Energia, Fundo Arrow, DEG e o Internacional Finance Corporation (IFC) - questionaram a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o valor proposto. Ao comparar os preços atribuídos nas operações

com o valor médio nas ações do mercado, eles alegam que não houve tratamento igualitário. Isso porque houve ágio de 29% para a CPFL Energia e um desconto de 6%, no caso da Renováveis.

A área técnica da CVM acatou o pleito e determinou que a State Grid elevasse o preço ou explicasse os motivos para não fazê-lo. A CVM questionou a metodologia baseada no Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) trimestral e não anual. Na sequência da resposta enviada pelo controlador, a CVM pediu laudos de avaliação das empresas para realizar "teste de consistência" das justificativas de preços e verificar qual a real proporção da Renováveis dentro da CPFL Energia.

No documento enviado à CVM, a State Grid incluiu pareceres de oito especialistas, como da ex-presidente da CVM, Maria Helena Santana, e dos ex-diretores Ana Novaes, Luciana Dias e Pedro Marcilio.

Em sua análise, Maria Helena diferencia os precedentes da CPFL Renováveis. A ex-presidente da CVM diz que em nenhum destes casos havia no contrato um preço atribuído à controladora indireta objeto da OPA sob análise, ou mesmo alguma indicação prévia da parcela de preço atribuída a ela. A State Grid propôs pagar R\$ 12,20 por ação. Naquelas ocasiões, essa omissão levou a CVM a discutir critérios e metodologia em um nível de profundidade que "foram excepcionais, por se tratarem de situações excepcionais".

No caso ArcelorMittal, as discussões com o regulador duraram oito meses até uma decisão final, em março de 2007. A CVM acolheu em parte o recurso da empresa e aceitou que o Ebitda fosse usado como critério de apuração do preço da OPA para os minoritários da Arcelor Brasil. A área técnica da CVM havia determinado que a fixação do preço fosse baseado no valor de mercado das ações da Arcelor Europa com a Arcelor Brasil. O preço final foi de R\$ 53,89 por papel, sendo que a ArcelorMittal ofereceu inicialmente R\$ 33.

Os chineses dizem que os contextos de Arcelor e de outros precedentes são "convenientemente omitidos" pelos minoritários quando buscaram a CVM. "Os reclamantes recorreram a uma cortina de fumaça para criar confusão e incerteza onde não existe", dizem.

O grupo de minoritários da CPFL Renováveis também trouxe à tona o caso da ArcelorMittal, alegando que a State Grid foi oportunista ao selecionar trechos que corroborassem sua posição. Em manifestação arquivada no processo na semana passada, eles afirmaram que o caso Arcelor é "justamente o precedente em que a CVM decidiu que o tratamento igualitário seria observado mediante a utilização do mesmo critério para companhias controladora e controlada".

"Muito embora a State Grid escolha pontualmente os aspectos do caso Arcelor que lhe convém, ignorando outros pontos importantes do mesmo precedente, o caso Arcelor vem sendo um precedente utilizado como referência pela State Grid ao longo das discussões travadas no âmbito deste processo, exceto no que diz respeito ao tratamento igualitário e, especialmente, ao cálculo do preço da OPA", dizem os minoritários.

Segundo eles, o caso Arcelor utilizou projeções futuras de Ebitda de dois anos da controladora e da controlada, a fim de calcular a representatividade da controla sobre a controladora.

Além de usar projeções de Ebitda, o caso Arcelor envolvia duas empresas com a mesma atividade, o que não é o caso da CPFL Energia e a CPFL Renováveis, segundo os minoritários. Nesse caso, eles defendem que os múltiplos de avaliação das duas companhias deveriam considerar as diferenças entre elas: uma geradora renovável e outra distribuidora de energia.

Em relação ao argumento da State Grid de que a CVM não tem competência para revisar o critério de preço da OPA ou seu cálculo, os minoritários disseram discordar veementemente, "seja pelo fato de que tal informação é desrespeitosa e ilegal", ou pelo fato de que "existem claríssimos indícios de oportunismo da State Grid para ocultar parcela do preço devido aos acionistas da companhia".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Energia alternativa no radar das petroleiras

Um consenso enfático em torno da busca por energias alternativas apareceu pela primeira vez dentre os interesses dos executivos de petróleo e gás no mundo todo. Levantamento feito pela consultoria A.T. Kearney durante o primeiro semestre - e ainda inédito no Brasil - com o setor mostra que para 22% a construção de um portfólio com energias alternativas ganhou significância neste ano.

É a maior proporção de respondentes dentre uma série de motivos pelos quais as companhias e investidores buscariam fusões e aquisições em 2017. Em segundo lugar, aparecem empatados os temas "assegurar capital para projetos com vendas de ativos" e "melhorar a estrutura de capital e a liquidez com vendas de ativos", com 16% - dois temas recorrentes desde que o preço do petróleo começou a desabar.

"É uma tendência para o futuro", explica Sergio Eminente, diretor da consultoria para o setor no Brasil. "O negócio principal vai continuar sendo a exploração e produção de petróleo, mas já começa a se desenhar o desejo de trocar matriz fóssil por elétrica, energias mais limpas. Como se preparar para investir nisso?"

Se for levado em conta que outra questão com alta importância no estudo é a de vendas de ativos para levantar fundos, talvez haja até troca de portfólio - mesmo que ainda tímida. Os agentes do mercado também estão em busca de novas capacidades, como, por exemplo, o uso de processos digitais. Dos entrevistados, também 16% viram esse tema com maior relevância em 2017.

O estudo da A.T. Kearney mostra que o ritmo de fusões e aquisições em petróleo e gás atingiu seu maior ritmo desde 2014 durante 2017. Naquele ano e no seguinte, depois que a cotação do barril do Brent foi de US\$ 112 para US\$ 57, diversas transações foram canceladas. Segundo o levantamento, operações valendo até US\$ 106 bilhões foram completamente abandonadas em vista da falta de perspectiva de estabilização dos preços.

"Agora, parece que há mesmo um reequilíbrio de oferta e demanda. Não temos nenhuma projeção formal, mas trabalhamos com um cenário de preços entre US\$ 40 e US\$ 50 daqui para frente", diz o diretor da consultoria. "A curva de desaceleração do consumo de petróleo provavelmente não será muito rápida."

O cenário mais pessimista é do "think tank" do setor RethinkX, que prevê pico da demanda mundial em 2020. Já as gigantes produtoras veem fôlego até a década seguinte. A britânica BP, por exemplo, acredita que o pico chegará só após 2040.

No levantamento, a A.T. Kearney mostra que os grupos que aparecem com mais interesse neste ano para buscar ativos são fundos soberanos e de participações. Pelo menos metade dos fundos de "private equity" acredita que vai adquirir mais em 2017. Já as gigantes multinacionais do setor e as independentes maiores voltam ao mercado atrás de um processo de consolidação.

"Os fundos de private equity, inclusive, já estão olhando mais para toda a cadeia, depois de focar mais em transporte [uma área menos afetada pela queda dos preços]", comenta Eminente. "O retorno dos projetos é maior e mais garantido, então eles buscam entrar, embolsar esse retorno e depois sair do negócio."

O Brasil deve se beneficiar dessa maior disponibilidade de capital e da percepção de estabilidade no setor, opina o diretor da A.T. Kearney. Mesmo a crise política ainda dando sinais de ida e volta, ele acredita que os investidores já entenderam que não haverá uma ruptura grande na economia de uma hora

para a outra. O grande teste da atratividade - e de quão estável se vê o país - serão a segunda e terceira rodadas do pré-sal, marcadas para sexta-feira.

Mas se empresas estão olhando mais atentamente o mercado para voltar às compras, o especialista aposta que não há como deixar de lado a grande preocupação dos últimos anos: o enxugamento das operações, para serem mais eficientes. "Petróleo é um investimento de tiro muito longo. Se quiser intensificar ganho de receita ou corte de custo, a companhia tem de arrumar a casa", diz Eminente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Petrobras já inicia investimento em carteira renovável

A Petrobras é uma das companhias de petróleo e gás que, apesar de ainda dar pouca atenção ao portfólio de energias alternativas, já começou a investir nesse sentido. No momento, a estatal realiza pesquisa e desenvolvimento em energias eólica e solar, além de tecnologias "disruptivas" - ou seja, inéditas na produção de energia.

Apesar de o grande foco continuar sendo na exploração e produção de petróleo, já aparecem iniciativas da companhia. "Considerando a evolução da matriz energética, a companhia aposta em um cenário futuro de transição para a economia de baixo carbono, com o gás natural ocupando posição mais relevante", afirmou, em resposta a questionamento do **Valor**, o diretor de desenvolvimento da produção e tecnologia, Roberto Moro. "Esse cenário é bastante propício para o desenvolvimento de projetos de parceria tecnológica com centros de pesquisas, pequenas empresas e 'startups'."

Atualmente, o portfólio de ativos geradores de energia alternativa da companhia é pequeno. Ela opera uma usina-piloto de geração fotovoltaica, o chamado "parque solar", em Alto Rodrigues (RN), com capacidade instalada de 1 megawatt (MW). A unidade fica dentro do terreno da térmica Jesus Soares Pereira.

Para efeito de comparação, uma central hidrelétrica é considerada "mini" se tem potência instalada de até 3 MW.

Entre os projetos, a estatal programou para 2021 a instalação de uma turbina eólica em alto-mar - a primeira do Brasil. A Petrobras quer testar o equipamento e se aproveitar das sinergias que identificou entre o processo e sua atividade de exploração. A empreitada é fruto de uma parceria que a

empresa fez com o Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis (CTGas-ER), no qual mapeou a possibilidade de energia eólica "offshore" no Nordeste do país.

A Petrobras também está pesquisando um ineditismo em geração de energia, que é a produção por meio de algas marinhas - ainda em fase muito inicial.

Outra estatal de petróleo, essa da Noruega, a Statoil deu um passo mais largo em busca de energias alternativas. A gigante pagou US\$ 25 milhões para entrar em um projeto de geração solar também no Nordeste brasileiro, chamado Apodi, com participação de 40%. O projeto, de 162 MW, exige investimentos de US\$ 215 milhões.

Em geral, boa parte das grandes petroleiras tem evitado investir pesado em energias alternativas, exatamente porque os processos são muito novos. A consultoria Wood Mackenzie calcula que seria necessário gastar US\$ 350 bilhões até 2035 em energia solar e eólica para que alcancem a fatia de petróleo.

Mas a francesa Total, por exemplo, criou um departamento de novas energias, no qual alocou a SunPower, que adquiriu há cinco anos por US\$ 1,4 bilhão. A anglo-holandesa Royal Dutch Shell criou uma divisão semelhante em 2016 e acredita que vai gastar US\$ 1 bilhão por ano na área até 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Nova lei do gás pode afetar venda de ativos da estatal

A reforma do marco regulatório do gás natural proposta pelo governo, por meio do projeto de lei 6.407/2013, de relatoria do deputado Marcus Vicente (PP/ES), cria incertezas jurídicas que podem contaminar a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), pela Petrobras, na avaliação de quatro escritórios de advocacia consultados pelo **Valor**. Ainda segundo especialistas, o novo arcabouço regulatório propõe mudanças em contratos vigentes que afetam diretamente a Nova Transportadora do Sudeste (NTS), recém-adquirida pela Brookfield, e pode levar à judicialização no setor.

A proposta do governo prevê a instituição de um novo modelo de contratação do serviço de transporte de gás, o de entrada e saída - método que consiste numa espécie de pagamento pelo direito de injeção e retirada do gás da rede de gasodutos e que não cobra pelo percurso físico do gás ao longo dos quilômetros

de extensão da malha, mas sim a tarifação da entrada e saída do gás numa determinada zona geográfica.

O novo modelo é considerado na indústria como essencial para desenvolver um mercado de gás com liquidez e com múltiplos agentes. A questão, no entanto, é que o governo está propondo que o novo modelo passe a valer compulsoriamente para os contratos atuais.

O artigo 47 do projeto determina que os contratos de serviço de transporte de gás vigentes deverão ser adequados, "de modo a refletir as novas modalidades de contratação de serviço de transporte, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do transportador".

"Há um aspecto de ilegalidade nessa proposta, porque prejudica atos jurídicos perfeitos. E uma eventual judicialização pode paralisar o setor e destruir um projeto [de abertura de mercado] tão positivo. Por mais que a ideia seja boa, ela tem que trabalhar com lógica da segurança jurídica, precisa de um nível de consenso", comenta o sócio do escritório Mattos Filho, Giovani Loss.

O sócio do escritório Schmidt Valois, Antonio Luis Ferreira, lembra que os valores envolvidos na venda da NTS, de US\$ 5,2 bilhões, foram baseados nas expectativas de receitas dos contratos existentes. Ele explica que, embora o texto proponha a compensação aos transportadores por eventuais prejuízos, no processo de definição ou revisão das tarifas, existe uma percepção no mercado de que a proposta mexe com o perfil de risco dos atuais contratos. "Como seria feita essa compensação?", questiona.

Ferreira destaca, ainda, que há espaço para que a NTS e Petrobras negociem mudanças nos contratos, para a migração para o novo modelo, e que isso pode ser saudável para as duas companhias. "Mas não pode ser imposto por lei", completa.

O sócio diretor da Faveret Lampert Advogados Associados, José Roberto Faveret, destaca que a intenção do governo de tentar estimular a criação de um mercado de maior liquidez é "legítimo" e que a mudança não necessariamente é negativa para os transportadores, que podem ser beneficiados pelo crescimento da demanda do mercado. O advogado, no entanto, ressalva que é inegável que a proposta pode ser questionada juridicamente.

"As mudanças podem alterar o perfil de risco do contrato. O assunto ainda precisa ser melhor detalhado, mas alterar contratos, por si só, já é no mínimo polêmico... Pode afetar investimentos. Pode assustar novas aquisições. Dependendo da forma como for feito, pode ser que ninguém se sinta prejudicado, mas ninguém sabe como vai ser o novo modelo. Não dá para

ignorar que pode gerar desestímulo para investimentos na TAG, por exemplo", argumenta Faveret.

Rafael Baleroni, sócio da área de petróleo e gás do escritório Souza Cescon, por sua vez, argumenta que a mudança regulatória pode afetar não somente o "valuation" da TAG, como também o tempo de conclusão do fechamento da venda, dada a incerteza jurídica que paira sobre o assunto. Ele também concorda que o assunto tem potencial de judicialização, mas ressalva que o contrato para compra da TAG pode ser fechado com condicionantes atreladas à aprovação da lei no Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Sabará amplia produção

O grupo Sabará concluiu o investimento de R\$ 15 milhões para ampliar a capacidade produtiva da fábrica em Santa Bárbara do Oeste, no interior de São Paulo, e iniciar a produção no Brasil de clorito de sódio, até então importado. O composto químico é usado na produção do dióxido de cloro. Com a produção local, será possível atender aos negócios de duas unidades da companhia: a BioE Integrated Solutions, responsável pelo setor sucroalcooleiro, indústria de bebidas e mercado de energia, e a Sabará Químicos e Ingredientes, atuante no segmento de tratamento de águas.

Geração da Neoenergia

A geração Neoenergia no terceiro trimestre somou 2.037 gigawatts-hora (GWh), alta de 1% em relação ao mesmo período de 2016. Do total, 1.111 GWh foram de fontes renováveis, alta de 45% na base anual, e 926 GWh de energia térmica, queda de 19% na mesma base de comparação.

MME / ASCOM .